

O índio e o negro nos livros didáticos de sociologia adotados no PNL

The indian and black in sociology of schoolbooks adopted in PNL

Erinaldo Ferreira Carmo*

Silas Cassio Gomes Nascimento**

Resumo: O presente artigo foi elaborado em atenção a uma demanda emergente na educação básica por conhecimentos referentes aos povos indígenas e afrodescendentes. Essa demanda ocorre por conta da Lei nº 11.645/2008, que determina a obrigatoriedade do ensino sobre história e cultura indígena e afro-brasileira nas escolas públicas e particulares do país, tanto no ensino fundamental, quanto no ensino médio. Esse ensino deve compreender o conhecimento da história dos povos indígenas e africanos, a luta desses povos no Brasil, suas contribuições na formação da sociedade nacional nas áreas social, econômica e política. Nesse sentido, procuramos aqui identificar como essa exigência legal é contemplada nos livros didáticos de Sociologia e como essas temáticas são apresentadas aos professores e estudantes do ensino médio das escolas públicas do país atendidas pelo Programa Nacional do Livro Didático.

Palavras-chave: Lei 11645, Livro didático, Sociologia.

Abstract: The present article appears in consideration of emerging demand in basic education for knowledge relating to indigenous peoples and Afro-descendants. This demand occurs because of Law nº 11.645/2008, which determines the mandatory teaching of history and indigenous culture and African-Brazilian in public and private schools in the country, both in elementary school, and in high school. This teaching should understand the knowledge of the history of indigenous and African peoples, the struggle of these people in Brazil, his contributions in the formation of the national society in the social, economic and political. In this sense, we try here to identify such legal requirement is covered in textbooks of sociology and how these

* Doutor em Ciência Política, Professor de Sociologia do Colégio de Aplicação do Centro de Educação da UFPE.

** Estudante do Curso de Ciências Sociais da UFPE. Bolsista BIA-FACEPE.

issues are presented to teachers and high school students from public schools in the country served by the National Schoolbook Program.

Keywords: Law 11645, Schoolbook, Sociology.

Introdução: o PNLD e a Lei 11645

A história e a cultura dos povos indígenas e afro-brasileiros ganharam evidência nos currículos da educação básica e tal protagonismo se dá por conta da promulgação da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura indígena nas instituições de ensino, em complementação e substituição à Lei nº 10.639/2003, que já garantia a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira. A lei atual determina que os conteúdos referentes a estes povos, cujas culturas são de uma rica diversidade, sejam ministrados no âmbito de todo o currículo escolar e em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira. A Sociologia, enquanto disciplina que engloba os conteúdos inerentes a essas temáticas, também deve atuar na abordagem das questões referentes à história e à cultura dos povos indígenas e afrodescendentes, não só em atenção à legislação em vigor, mas também no propósito de conhecer melhor e procurar amenizar os preconceitos e ideias estereotipadas que envolvem os índios e os negros.

Na realização deste trabalho, procuramos identificar como os livros de Sociologia, aprovados no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD para o período 2015-2017 abordam a questão indígena e a questão afro-brasileira. Para isso, em cada uma das obras analisadas, foram registrados os textos e as imagens referentes à essas questões, bem como a forma de abordagem e o teor de cada uma dessas temáticas. O PNLD corresponde a uma política pública educacional que tem como objetivo central subsidiar as atividades pedagógicas dos professores com a distribuição de livros didáticos aos alunos da educação básica nas escolas públicas. Após uma avaliação de cada obra, o Ministério da Educação divulga o Guia de Livros Didáticos com resenhas dos títulos considerados aprovados. O guia é encaminhado às instituições de ensino básico onde os professores selecionam, entre os títulos disponíveis à sua disciplina, e adotam aqueles que melhor atendem ao projeto político pedagógico da escola. O PNLD é executado em ciclos trienais,

alternando em cada ano o ensino fundamental I (séries iniciais), o ensino fundamental II (séries finais) e o ensino médio.

Neste trabalho, foram analisados os seguintes livros didáticos, distribuídos às escolas públicas do país dentro do PNLD 2015: **Sociologia em Movimento**, Editora Moderna, autores: Afrânio Silva, Bruno Loureiro, Cássia Miranda, Fátima Ferreira, João Aguiar, Lier Ferreira, Marcela Serrano, Marcelo Araújo, Marcelo Costa, Martha Nogueira, Otair Oliveira, Paula Menezes, Raphael Corrêa, Ricardo Ruiz, Rodrigo Pain, Rogério Lima, Tatiana Bukowitz, Thiago Esteves, Vinícius Pires; **Sociologia para o ensino médio**, Editora Atual, autor: Nelson Tomazi; **Sociologia hoje**, Editora Saraiva, autores: Igor Machado, Henrique Amorim, Celso Barros; **Sociologia**, Editora Scipione, autores: Silvia Araújo, Maria Bridi, Benilde Motim; e **Tempos Modernos, Tempos de Sociologia**, Editora do Brasil, autores: Helena Bomeny, Bianca Freire-Medeiros, Raquel Emerique, Julia O'Donnell. O livro *Sociologia para o jovem do século XXI*, de Oliveira & Costa, Editora Imperial Novo Milênio, não foi avaliado por não termos recebido da editora uma cópia impressa para análise.

A equipe avaliadora do PNLD teve a responsabilidade de avaliar os livros didáticos inscritos com base no edital PNLD 2015, utilizando Fichas de Avaliação elaboradas com um conjunto de questões que consideraram os critérios de legislação, teóricos conceituais, didático-pedagógicos para os conteúdos, didático-pedagógicos para as atividades e exercícios, avaliação de imagens (fotos, ilustrações, gráficos, tabelas e mapas), editoração e aspectos visuais e manual do professor. Nessa dinâmica avaliativa, dos 13 livros submetidos, apenas seis foram aprovados. Mesmo assim, esse resultado representa um crescimento significativo se comparado com a edição anterior, de 2012, quando foram aprovados apenas dois livros. Esse aumento da produção de livros didáticos de Sociologia pode promover um impacto relevante na qualidade das aulas, visto que os professores têm mais opções de abordagens teóricas das ciências sociais e das propostas pedagógicas, ou seja, o profissional da docência tem entre os seis livros aprovados uma diversidade capaz de contemplar suas necessidades pedagógicas, tendo em vista seu planejamento e seu programa de ensino.

Corrigindo um conhecimento deformado

A inclusão no currículo oficial da rede de ensino da obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” atende à Lei nº 11.645/2008, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996. Com a Lei, os estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, tornam-se obrigados a ofertar aos seus alunos o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. O conteúdo programático desses níveis escolares deve incluir diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história dos africanos e dos povos indígenas, a luta dos negros e dos índios no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira, o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros devem ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar. Isto provocou entre os educadores uma busca acentuada pela formação de conhecimentos referentes aos índios e aos afro-brasileiros, mas os programas educacionais do país nunca haviam tratado com a devida importância a história e a diversidade cultural desses grupos, por isso nos deparamos com a enorme ausência de recursos didáticos que possam auxiliar nas aulas com a promoção do conhecimento necessário sobre as questões indígenas e afro-brasileiras em toda a sua diversidade e complexidade. Mas, como ensinar o que mal conhecemos e o que, desde sempre, a educação oficial fez questão de esconder?

No Brasil, por décadas, na busca por uma identidade cultural única, as subculturas foram esquecidas, quando não dialogavam com a cultura nacional pretendida. De acordo com Silva (2012), as ideias de identidade e cultura nacionais escondem as diferenças, sejam de classe, gênero, étnicas e outras, ao buscar uniformizá-las, negando os processos históricos marcados pelas violências de grupos politicamente hegemônicos sobre os povos indígenas e os oriundos da África, que foram submetidos a viver em ambientes coloniais.

Nas escolas, os povos indígenas sempre estiveram presentes no estudo da cultura e da história nacional, geralmente relacionados ao descobrimento e ao período colonial, quase sempre figurando como personagens folclóricas, perdidas no

tempo e no espaço, distantes das sociedades atuais, sem sua devida valorização ou ampliação do seu universo histórico e cultural.

A África, por sua vez, sempre figurou nos livros didáticos como um continente próximo ao Brasil, no período colonial e pós-colonial, enquanto fornecedora de mão de obra escrava, embora a história da diáspora africana não se restrinja à escravidão, entretanto, o sistema de ensino brasileiro ofuscou essa relação, pois sempre esteve muito mais ligado à Europa, sendo receptor de um legado cultural e social historicamente moldado nos parâmetros de uma civilização cristã, capitalista, branca e europeizada.

Por isso os africanos, assim como os indígenas, nunca foram priorizados nos programas educacionais brasileiros. Isto fez com que índios e africanos não tivessem recebido o devido reconhecimento nos estudos acadêmicos e escolares. Hoje, isso ainda se reflete no desconhecimento de nossas raízes culturais e nos preconceitos generalizados em relação à cultura indígena e afro, além de um olhar enviesado que concebe essas etnias fora de sua realidade, ou mesmo como sendo grupos homogêneos, de uma cultura simples e uniforme, bem como de uma história alheia à sociedade urbana-industrial.

Dessa forma, os alunos brasileiros, em seu universo escolar, estudam a Grécia, o Império Romano, as Guerras Mundiais, conhecem Napoleão, Hitler, Lênin, no entanto pouco estudam sobre as organizações sociais dos índios e a formação histórica africana. O pouco que ainda conhecem vem de pensamentos equivocados que mostram povos atrasados e exóticos, violentos e selvagens.

É nesse sentido que a Lei procura se constituir em instrumento incentivador e facilitador do trabalho escolar, em auxílio aos professores que abordam a questão indígena e afro-brasileira na educação básica, almejando colaborar na reversão à referência comum que se faz aos índios e aos africanos, da fragilidade política, da subvalorização econômica, de grupos marginalizados e de suas culturas estáticas. Nesse aspecto, a Lei procura, por intermédio da educação escolar, desconstruir as imagens negativas que por séculos foram edificadas sobre esses povos.

A abordagem da questão indígena

A Lei nº 11.645/2008, de acordo com Silva (2012), ainda que careça de maiores definições, possibilita a superação de uma lacuna na formação escolar,

contribuindo para o reconhecimento e a inclusão das diferenças étnicas dos povos indígenas, para se repensar um novo desenho do Brasil, considerando toda a sua sociodiversidade. Agora trataremos de como a temática indígena é abordada nos livros didáticos de Sociologia.

O livro Sociologia em movimento, de Silva et al, aborda a questão indígena, inicialmente, quando apresenta temáticas que dizem respeito às desigualdades e aos preconceitos, desde as expedições colonizadoras até os tempos atuais. Vale ressaltar que este livro pouco aborda sobre as contribuições dos povos indígenas para a sociedade brasileira. Em relação às ilustrações relacionadas aos povos indígenas, o livro mostra imagens de índios das comunidades Kalapalo e Wuaja, no Parque indígena do Xingu, que aparecem na abordagem da Antropologia evolucionista, identificando sua organização não industrial (p. 60). Outra ilustração está na página 64, que trata do etnocentrismo e do relativismo cultural, onde aparecem índios da comunidade Suruí utilizando equipamentos eletrônicos de alta tecnologia para monitorar a reserva contra o desmatamento ilegal. Já a ilustração da página 114 apresenta uma gravura antiga de uma família indígena sob o domínio dos brancos.

Ao tratar do processo de globalização, o livro também insere a questão indígena através de uma ilustração exposta nas atividades constantes na página 304, questão 2, que traz uma charge mostrando os índios observando a chegada dos exploradores portugueses. Na sequência, outra ilustração mostra uma representação indígena (p. 351), onde se identifica a estrutura de parentesco entre os Bororos. A foto com mulheres Bororo e de outras etnias reunidas em um seminário realizado para mulheres indígenas em Juara – MT, acompanha um texto de Christian Fees, “A joia da coroa para a antropologia”, onde se descreve a importância da mulher em diferentes contextos e sociedades. Segundo relata o texto, entre os Bororo, na divisão da aldeia, o pertencimento aos clãs e subclãs se dava pela herança materna. Além disso, os homens, depois do casamento, mudavam-se para a casa da mulher. Esse tipo de texto enriquece a compreensão do aluno sobre a vida social dessa etnia, possibilitando a comparação com outras em um aprofundamento de pesquisa.

Já no livro Sociologia para o ensino médio, de Tomazi, os meios de trabalho e produção foram os pontos iniciais que o autor utilizou para inserir um debate a respeito dos povos indígenas, especificamente sobre suas relações de trabalho, destacando a sua forma de organização social e mostrando também como as

organizações estão totalmente ligadas aos seus meios de produção. O livro traz, ainda, um texto do antropólogo José Carlos Rodrigues, no encarte “Cenários” (p. 56), abordando a relação de trabalho e as necessidades inerentes às sociedades indígenas, por meio de uma leitura clara e com um ponto de vista crítico que nos faz refletir sobre os valores do trabalho e o sacrifício das sociedades modernas em dedicar tanto tempo às atividades laborais para satisfazer suas necessidades de consumo.

Os primórdios do trabalho escravo no Brasil também foi uma das temáticas que o autor trouxe neste livro, destacando os indígenas como os primeiros povos escravizados no país pelos portugueses, no período da colonização. Na sequência, as lutas dos povos indígenas contra a escravização também são destacadas pelo autor, trazendo um mapa indicando os pontos de resistência indígena no Brasil Colônia (p. 214).

Outro ponto em que o livro de Tomazi apresenta a questão indígena diz respeito ao uso da televisão, mostrando a chegada do aparelho de TV nas aldeias, discutindo como esse equipamento está presente em todo o território nacional (pp. 272 e 273). Por fim, registramos que poucas são as ilustrações que destacam os povos indígenas no decorrer do livro, assim como são escassos os textos que retratam as culturas indígenas e o seu papel relevante na construção da cultura brasileira.

No livro Sociologia hoje, de Machado et al, a primeira ilustração trazida pelos autores, referente à temática indígena, está na página 34, com os nativos das Ilhas Trobriand (um arquipélago localizado ao longo da costa oriental da Nova Guiné). Logo em seguida, na página 36, uma reflexão sobre o mundo contemporâneo e as sociedades indígenas dá início à abordagem temática dos índios, fazendo um resgate histórico sobre os primórdios (pré-colonização) com a documentação da vida indígena feita por alguns antropólogos que estavam preocupados com a “extinção” desses grupos.

O texto ainda explana as diversas dificuldades que os povos indígenas enfrentaram e enfrentam para poder conquistar e ficar em suas terras, e traz também uma ilustração mostrando um grupo de representação dos indígenas protestando em Brasília, do lado de fora do Palácio do Planalto (p. 36) e outra dos índios utilizando equipamentos de filmagem na aldeia Ipatse (p. 37). Essa tecnologia presente em algumas aldeias é um outro fato utilizado no livro para promover a discussão sobre tal recurso pertencente aos brancos e que agora está sendo aceito e adotado pelos

índios. Essas ilustrações, acompanhadas de texto associado às imagens, tornam-se relevantes pelo fato de desconstruírem a ideia equivocada da presença do índio apenas na época do descobrimento ou somente na formação do Brasil, problematizando o lugar pensado e ocupado pelos indígenas na atualidade.

Os autores mostram, na página 38, que a ideia das sociedades indígenas é muito deturpada porque essas sociedades são bastante diferentes da nossa própria sociedade e essas diferenças parecem intransponíveis. De acordo com os autores, a Antropologia, desde o início do século XX, tem procurado construir uma ponte “dando sentido à experiência das populações indígenas”. Na continuidade do texto, afirmam que “ao atravessarmos a ponte” nos deparamos com mundos complexos e sofisticados que estavam escondidos por nossos preconceitos. No entanto, diferente do discurso, nesse mesmo livro, ao observarmos as várias fotos apresentadas, percebemos que elas expõem o índio com trajes típicos, pintados, dançando, usando zarabatana, ou seja, mantendo o mesmo estereótipo ainda como referência a esses povos.

O processo de ressignificação cultural dos povos indígenas também está relatado no livro, quando os autores apresentam um resgate histórico dos índios brasileiros, indicando a catequização jesuítica como fator primordial para ocorrer tal processo.

O mapeamento das terras indígenas no Brasil, presente na página 41, apresenta claramente onde os índios estão situados atualmente, facilitando para o professor e o aluno a visualização dessa localização, possivelmente desconhecida da grande maioria dos brasileiros.

Para esses autores, a história dos povos indígenas no Brasil demonstra a grande variedade e riqueza cultural dessa população. Em uma ilustração trazida no livro (p. 51), ao se referirem aos padrões culturais indígenas, os autores apresentam os índios da etnia Kalapalo, no Xingu, em um ritual do quarup, que é uma cerimônia intertribal de celebração dos mortos. Em seguida, ao discutir sobre o conceito de cultura, os autores citam Iracema, de José de Alencar, para mostrar que essa obra clássica da literatura brasileira desenha uma imagem do índio com um formato de submissão incondicional, sem contestação ou mecanismos de resistências, descrevendo os índios como serviçais dos brancos.

Outra crítica bastante contundente, feita pelos autores, está relacionada ao dia 19 de abril, “Dia do Índio” (p. 55). Aqui, o livro indica que nenhum indígena está realmente representado nessa data. Na sequência, na mesma página do livro, os autores trazem como ilustração um cartaz resultante de um trabalho escolar realizado em homenagem ao dia do índio. Na página 69, os autores ainda apresentam uma charge do cartunista chileno Guillo, publicada em 1992, onde é retratado o dilema entre as minorias e as majorias e a relação de poder, nesse caso a relação dos índios com os europeus. Por fim, na página 292 há mais uma imagem que mostra os índios chegando ao Palácio do Planalto, durante uma manifestação contra as obras da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu - PA.

O livro Sociologia, de Araújo et al, traz duas ilustrações de famílias indígenas (p. 67) quando os autores tratam das diversas configurações existentes de famílias. A partir do capítulo cinco é que começam a debater a questão indígena com foco. De antemão, trazem uma imagem de índios protestando em frente ao Congresso Nacional pela demarcação de terras. Os autores ainda mostram uma série de reflexões acerca da cultura indígena quanto aos desafios enfrentados, desde a chegada dos portugueses, até o momento presente, enfatizando as mobilizações atuais pela afirmação das identidades étnicas e pela reivindicação de seus territórios.

Os autores trazem, ainda, uma visão dos índios como povos guerreiros, que lutaram e continuam lutando pela preservação de suas tradições, demonstrando, também, a importância desses povos para a construção da história do Brasil. Os rituais indígenas também são destacados numa temática sobre a religiosidade no Brasil, como por exemplo, o rito de passagem de uma jovem indígena para a fase adulta. Em outra ilustração, presente na página 274, o livro mostra uma tela de Benedito Calixto, “Na Cabana de Pindobuçu”, que retrata o contato entre diferentes culturas, o que interferiu sobremaneira nos costumes dos povos indígenas. Aqui, a imagem traz uma perspectiva corrente da história da dominação e a ausência da história do protagonismo indígena. Em consequente, na página 275, aparecem duas ilustrações mostrando que os índios brasileiros, apesar dos desafios constantes, permaneceram firmes na defesa de suas tradições.

Agora o livro Tempos modernos, tempos de Sociologia, de Bomeny et al, que traz em uma gravura já na página 19 a representação do primeiro encontro entre Cristóvão Colombo e os nativos americanos, dando início à abordagem dos povos

indígenas. Em seguida, as autoras discutem acerca do estranhamento dos europeus ao se depararem com os nativos em terras americanas, apresentando os dois pontos de vista (dos nativos e dos colonizadores). Ao tratar das desigualdades, as autoras também abordam a escravização dos índios pelos europeus no período das expedições.

Em outra ilustração, na página 40, “Festa de beber dos coroados”, mostram novamente os índios e os colonizadores europeus. Na sequência, na ilustração da página 46, aparecem os índios Guarani-Kaiowá fabricando sabão artesanal na aldeia de Amambai – MS, mostrando suas atividades do dia a dia.

Os movimentos sociais e os sistemas de cotas aparecem como exemplos de conquistas dos povos indígenas trazidos pelas autoras ao abordar a política na vida contemporânea. Um encarte na página 78, identificado como “Os Karajás do Araguaia”, traz uma breve síntese sobre os povos Karajás, seu modo de viver socialmente, de produzir e manter sua cultura, colocando em evidência nessa parte do livro a divisão social do trabalho e como ela ocorre na aldeia. As línguas indígenas também são destacadas nesse livro. Segundo o Censo de 2010, são mais de 274 línguas faladas por 305 etnias. Nesse contexto, o livro traz uma imagem de índios da etnia Pankararu vestidos com trajes típicos e dançando o Toré (p. 226), dando continuidade a contar a realidade sobre esses povos no Brasil. As autoras procuram resgatar a importância dos diferentes povos indígenas para o mundo atual, principalmente para a história e a cultura do Brasil.

A escravidão indígena também inicia o debate sobre o trabalho no Brasil, mostrando a resistência dos nativos ao trabalho forçado. Na página 236, uma ilustração de Debret, “Soldados índios escoltando selvagens”, mostra o processo de dominação estrangeira sobre os nativos, o que nos faz refletir o quanto era recorrente aos artistas trazerem em suas obras apenas o índio sendo dominado pelos brancos.

Por fim, o gráfico presente na página 282 traz o valor médio dos rendimentos mensais por sexo e cor, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, e nele os povos indígenas estão nos mais baixos índices de rendimento, caracterizando uma grande desigualdade social, ocasionada principalmente pelo não reconhecimento desses povos e pela sua expulsão de suas terras, levando-os a uma situação social de grave precariedade.

A abordagem da questão afro-brasileira

O livro didático é um recurso de complemento dos conteúdos trabalhados em sala de aula pelo professor. Porém, esse é um instrumento dotado de valores: seus textos e ilustrações transmitem estereótipos, visões de mundo e interpretações representativas, não apenas do olhar dos seus autores, mas principalmente do universo onde eles se inserem.

Dessa forma, como afirma Oliva (2003), quando os livros ignoram a multiplicidade étnica da África e quando utilizam imagens de negros escravizados em alusão às sociedades africanas, registram o entendimento comum que perpassa épocas, localidades e níveis de conhecimento: transmitem um sentimento de que não há progresso, civilidade ou história aos povos africanos.

O tráfico escravista não pode ser consagrado como o signo referencial africano, muito embora esse fato não deva ser esquecido, pois de acordo com Munanga (2008), o tráfico negreiro é considerado uma das maiores atrocidades na história da humanidade, por sua amplitude, duração e problemas que se mantém até os dias atuais entre os povos explorados, na África e no Brasil. E apesar dessa tragédia, o sacrifício desses africanos e de seus descendentes não é suficientemente reconhecido na construção das bases econômicas do país. Sobre essas questões, passamos agora a registrar como elas são abordada nos livros didáticos de Sociologia.

O livro Sociologia em movimento, de Silva et al, aborda as formas de preconceito e discriminação enfrentadas pelos povos de origem ou descendência africana, mostrando como se construiu essa forma de desvalorização étnica e como se mantém nos dias atuais por meio de preconceitos arraigados ou velados. Nessa contextualização do preconceito, faz uma breve apresentação do professor Kabengele Munanga e mostra, por meio de uma charge, como em uma piada comum pode estar embutida um humor que ajuda a generalizar preconceitos (p. 107). E na página 108 reproduz uma manchete de jornal com a sentença: “Empresa oferece babás e diaristas pela cor da pele”.

Os autores apresentam o Apartheid como um exemplo de segregação racial e trazem Nelson Mandela como o “herói negro”. O livro ainda mostra a luta diária dos negros em busca de igualdade, pela conquista de mais espaço na sociedade. Essa luta não é apenas dos negros no Brasil, mas uma reivindicação presente em várias sociedades do mundo.

Em relação às ilustrações, o livro mostra a segregação na África do Sul e a eleição de Nelson Mandela à presidência daquele país (pp. 110 e 111), assim como um escravo expondo as cicatrizes resultantes do açoitamento (p. 112). Os autores trazem ao longo do livro, de forma bastante positiva, muitas ilustrações que mostram negros inseridos na sociedade atual. Mas essas imagens atuais não dialogam com as imagens de escravidão, estando em outro capítulo do livro e sem ligação com o debate anterior.

Podemos também destacar uma parte importante do livro que trata da exigência legal da presença de conhecimentos referentes aos afro-brasileiros no ensino escolar: as páginas 127 e 128 mostram o instrumento jurídico para o ensino da história da África e dos negros no Brasil. Entretanto, essa mesma obra que apresenta o texto jurídico, trata da questão afro-brasileira de forma reduzida.

No livro Sociologia, de Tomazi, o primeiro ponto que cita os povos afrodescendentes está relacionado ao trabalho escravo, quando os portugueses, mediante resistência indígena, foram procurar mão de obra no continente africano, destacando, ainda, todos os benefícios desse tipo de ação para a estrutura produtiva da época. Em outro trecho, o autor, ao tratar das desigualdades sociais no Brasil, mostra que os povos de origem negra ainda sofrem bastante o preconceito pela cor da pele e em sua maioria vivem em condições precárias, recebendo salários menores e com poucas condições de acesso à habitação, saúde, trabalho e cultura. Outro ponto de extrema relevância que o autor pôs em destaque neste livro está na importância atribuída ao negro na formação da história nacional.

O livro ainda cita muitos autores que escreveram suas obras em prol da causa negra, fazendo um resgate histórico desde a chegada dos negros ao Brasil, como escravos, sua abolição e ainda sua importância para a construção da cultura brasileira. Dentre os autores e as obras citadas neste livro, podemos destacar: Luiz de Aguiar Costa – O negro no Rio de Janeiro (1953); Roger Bastide e Florestan Fernandes – Negros e brancos em São Paulo (1953); Florestan Fernandes – A integração do negro na sociedade de classes (1965); Octavio Ianni – As metamorfoses do escravo (1961); e Fernando Henrique Cardoso – Capitalismo e escravidão no Brasil meridional (1962). Essas obras citadas não são acompanhadas de textos explicativos do que se tratam, nem se faz relato das críticas existentes a esse último autor e sua obra.

No encarte “Cenários” o livro trata das desigualdades sociais no Brasil, fazendo várias críticas a respeito do abismo que há entre brancos e negros, onde mostra dados conflitantes da realidade da sociedade brasileira. O livro também situa os movimentos sociais negros como um meio de luta, desde a abolição e até os dias de hoje, citando a Frente Negra Brasileira (FNB), de 1931, o Teatro Experimental do Negro (TEN), de 1944, e o Movimento Negro Unificado (MNU), de 1978.

O livro Sociologia hoje, de Machado et al, traz já no seu início (p. 20) a citação da comunidade quilombola para exemplificar o trabalho do cientista social e o conhecimento gerado por um antropólogo para o reconhecimento dos direitos de permanência na terra por tal comunidade. Nessa mesma página, numa discussão sobre as informações e pensamentos críticos ligados às ciências sociais, há uma ilustração de intelectuais e ativistas negros no Supremo Tribunal Federal, acompanhando o julgamento da constitucionalidade da reserva de vagas em universidades públicas mediante o sistema de cotas raciais adotado, na época, pela Universidade de Brasília.

Na página 43 os autores trazem um cartum de Laerte, publicado em 2011, que faz um alerta sobre a violência praticada contra o negro. Já na página 56 mostram uma charge de Novaes, publicada em 2012, que retrata um senhor branco apresentando um garoto negro com uma bola de futebol e afirmando que ele não precisa ir para a universidade, onde se percebe uma crítica ao estereótipo que vincula a população negra ao futebol, e não às atividades acadêmicas, científicas e intelectuais.

Ao se discutir os conceitos de etnicidade, os autores citam o Apartheid quando tratam da questão racial, refletindo sobre o domínio dos brancos sobre os negros, ilustrando o texto com uma imagem do líder negro norte-americano Martin Luther King Jr.

A temática negra é aprofundada quando os autores discutem a respeito da antropologia e das relações raciais, onde afirmam que o tema do “negro” ganhou destaque no século XIX com o movimento abolicionista, avançando com a Lei do Ventre Livre, em seguida com a Lei dos Sexagenários e finalmente com a abolição da escravidão. Desse modo, os autores continuam suas discussões frente à temática afrodescendente mostrando todo o percurso que os negros enfrentaram, como o preconceito advindo de diversas teorias raciais. Aqui, passa-se a interpretação de que

esse foi um período promissor para a questão negra, porém não se complementa que nesse período floresce o racismo científico.

Ao longo do livro, os autores mostram as variadas interpretações de outros autores quanto à temática racial, retratando os conflitos sociais e até mesmo étnicos, pondo em discussão o sistema de cota racial. Nesse sentido, a adoção de cotas nas universidades é apresentada como uma medida de compensação, uma política pública para restaurar direitos negados por séculos à população negra do país. Nesse mesmo texto, o movimento negro é citado como um exemplo dos movimentos sociais que lutam diariamente em busca de espaços e reconhecimento de sua cidadania. O movimento negro, assim como o movimento indígena, está destacado no livro como aquele que está mais entrelaçado às lutas por reconhecimento e por redistribuição. O livro ainda destaca que na luta pela cidadania, o que houve de mais notável na transformação política do Brasil, no século XIX, foi a abolição da escravatura, destacando ainda o movimento abolicionista e as consequências pouco satisfatórias após a abolição, até a república. O texto é acompanhado por uma ilustração do abolicionista inglês Josiah Wedgwood (1730-1795), onde um negro está ajoelhado e acorrentado, e logo abaixo a descrição da imagem diz: “Não sou eu também um homem e um irmão?” Esse tipo de imagem, mais do que mostrar uma condição de igualdade, reforça a associação direta das populações de origem africana com a escravidão, e somente com ela. Aqui há a ausência de uma análise crítica desse período e das ações tardias de libertação dos escravos.

O livro Sociologia, de Araújo et al, por sua vez, já em suas primeiras páginas, uma ilustração do ex-presidente da África do Sul, Nelson Mandela, dá início à apresentação da temática negra. Logo em seguida, ao tratar das teorias de classe e da estratificação social, os autores afirmam que na sociedade brasileira uma mulher negra e pobre está mais sujeita à exclusão social do que um homem branco e rico, devido às relações étnico-raciais e de gênero historicamente construídas de formas desiguais no país.

Outro ponto de debate bastante interessante no livro ocorre quando os autores abordam os anúncios publicitários, onde pardos e negros aparecem em pequenos números, embora constituam cerca da metade da população brasileira. Nessa mesma linha de debate, o livro traz duas ilustrações: uma do jogador Manoel, do Atlético-PR, que durante o jogo pelo campeonato brasileiro do ano de 2010 sofreu ofensas racistas

de outro jogador; e a outra de uma charge do cartunista Angeli com uma crítica ao feriado do dia da consciência negra, onde mostra uma cena de garotos negros vendendo produtos na praia, enquanto os banhistas (brancos) se diverte aproveitando o feriado.

Quando aborda as desigualdades no mercado de trabalho, o livro expõe uma pesquisa que aponta a população negra como maioria entre os desempregados no Brasil. A pesquisa ainda indica que a população negra está mais sujeita ao desemprego e permanece por mais tempo em busca de trabalho, costumando ocupar os postos de menor prestígio e remuneração na base da hierarquia das empresas. Ainda dentro dessa temática, os autores discutem sobre os problemas da população negra para conquistar cargos elevados e salários correlatos às funções desempenhadas. Discutem, também, a dificuldade da população negra em concluir os estudos, devido à entrada precoce no mercado de trabalho, que por sua vez é geralmente informal.

As teorias racistas também são debatidas pelos autores no capítulo cinco do livro, mostrando as consequências de sua adoção, trazendo exemplos da escravidão no Brasil, durante o período colonial e pós-colonial, e do nazismo durante a Segunda Guerra Mundial (p. 131). Em ambos os casos, a sobrevalorização de uma cultura em detrimento de outras serviu para degradar a condição de humano de determinados grupos étnicos. De acordo com as legendas das gravuras, “o viés racista da sociedade brasileira nos períodos colonial e imperial deixou resquícios em formas de discriminação racial vistas na atualidade” e “a descoberta dos horrores provocados nos campos de concentração não foi suficiente para derrotar o preconceito e o racismo”. Essas questões sugerem uma análise sobre as variadas formas de racismo em diferentes épocas e contextos históricos.

As religiões africanas também são registradas nesse capítulo do livro como expressões ideológicas da integração do negro à sociedade nacional. Na ilustração da página 235 aparece uma oficina de maculelê realizada em uma escola, valorizando as manifestações culturais afro-brasileiras, mostrando a importância de tal atividade para a construção de uma educação aberta, que possa dialogar com as diversas culturas presentes no país.

No livro *Tempos modernos, tempos de Sociologia*, o primeiro ponto debatido pelas autoras diz respeito à desigualdade que envolve os negros no Brasil. Quanto a

essa temática, os movimentos negros são citados como exemplos de representação dos movimentos sociais e como alvos beneficiados por políticas públicas, como o sistema de cotas nas universidades federais, como uma compensação social e política por serem discriminados desde a colonização do país, com a escravidão, até os tempos atuais.

Na página 60, as autoras inseriram uma fotografia do congado na comunidade quilombola de Arturos, em Contagem – MG, aludindo políticas públicas voltadas às comunidades tradicionais de matriz africana. Logo em seguida, um encarte escrito pelo desembargador Claudio de Mello Tavares volta com a temática do sistema de cotas para os afrodescendentes, onde esclarece e aponta os motivos desse sistema ter como alvo os negros. Em outro encarte, dessa vez extraído do jornal Folha de São Paulo, há uma crítica à política de cotas, instituída pela Lei nº 12.711/2012, alegando tratar-se de uma ação ilegítima, pois, segundo o texto de Yvonne Maggie, divide os brasileiros, semeando a discórdia, beneficiando os mais ricos entre os afrodescendentes em detrimento dos mais pobres, tanto brancos quanto negros.

Na foto da página 73, aparece uma famosa imagem de afro-americanos, vítimas de uma enchente, quando estão em uma fila para receber roupas e comida da Cruz Vermelha, e atrás deles um outdoor anuncia o fabuloso modo de vida americano. Já na página 169 as autoras mostram um cartaz da Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial veiculando uma mensagem educativa sobre igualdade racial e respeito às diferenças. Posteriormente, mais duas imagens são destacadas, dessa vez com gravuras do artista Debret, “Soldados índios escoltando selvagens” e “Carregadores de café a caminho da cidade”, que retratam a vida dos trabalhadores negros escravizados no Brasil antes de 1888. Nesse mesmo espaço, o livro dá continuidade à temática da escravidão fazendo um resgate histórico dessa questão com dados explicativos que mostram, em uma tabela, o número médio de escravizados por ano, em cada século, identificando e relatando pontos relevantes e pouco discutidos acerca desse fato histórico.

Na página 260, uma ilustração de um ritual de umbanda exemplifica uma das religiões de matriz africana trazidas pelos primeiros negros vindos da África. As músicas e danças também são citadas pelas autoras, como o jongo, o congo, o maracatu e outras que até hoje estão presentes na preservação da cultura afro-brasileira.

O livro traz uma reflexão acerca das semelhanças e diferenças no tratamento que brancos, negros e pardos recebem. Esse debate contextualiza a situação real dos negros no país, inserindo dados que mostram, por exemplo, as diferenças salariais por grupos sociais, e os negros ocupando baixos índices de remuneração no trabalho. Na sequência (p. 284), o texto dá corpo ao debate acerca da população negra no Brasil de hoje, trazendo gráficos com dados recentes de quantos são e a taxa de analfabetismo entre eles, em comparação com outros grupos étnicos. De acordo com o texto, muitos negros vivem em baixa condição social, sem oportunidade de estudo e trabalho, o que os levam a buscar caminhos, muitas vezes, ilegais. Para endossar esse debate, as autoras trazem teóricos clássicos e análises críticas que abordam a temática da população negra, como Gilberto Freyre, Carlos Hasenbalg e Oracy Nogueira, mostrando os pontos de vista de cada um desses, mediante a temática em questão.

As ilustrações de Martin Luther King e dos integrantes da Marcha do Movimento Negro Unificado em São Paulo (pp. 286 e 287, respectivamente) resgatam e mostram exemplos de luta e resistência em favor dos povos negros, não só do Brasil, mas também no cenário internacional. O livro também tipifica os preconceitos de forma clara, pondo em questão a legislação brasileira que criminaliza o preconceito racial.

A página 288 traz como ilustração a charge de Angeli, que mostra o feriado do dia da consciência negra, onde o cenário é de “brancos” sentados, usufruindo do lazer na praia, enquanto os “negros” trabalham. Já na página 297 o livro traz no encarte “Olhares sobre a sociedade” um diálogo de Luis Fernando Veríssimo, denominado “Racismo”, onde um personagem negro e o outro branco dialogam. O negro não consegue completar suas frases porque sempre é interrompido pelo branco, que não demonstra interesse algum de escutar o que o seu interlocutor diz. Em seguida, o branco defende a ideia de que não há preconceito no Brasil. Por fim, a associação da população negra e pobre à criminalidade também é discutida pelas autoras no capítulo 20 do livro, quando tratam da problemática da violência no país.

Conclusão: comparando as obras

Na análise dos cinco livros de Sociologia aqui observados, dentre os títulos adotados no PNLD, percebemos que em todas as obras, sem exceção, registra-se a

abordagem de ambas as temáticas, tanto do negro quanto do índio, mesmo que de maneira simplificada em alguns casos, onde os autores tentam provocar a reflexão sobre essas questões de forma bastante superficial. Dessa forma, podemos dizer que todos os livros que foram analisados cumprem a Lei 11.645/2008, que garante a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena e afro-brasileira nas instituições de ensino, auxiliando o professor nas atividades referentes a essas temáticas. Porém, ressaltamos que esses mesmos livros, por meio de imagens que retratam o índio e o negro como figuras caricatas ou folclóricas, reforçam estereótipos que a Lei pretende suprimir e ficam aquém do que se esperava na formação e ampliação do conhecimento desses povos.

Dos livros observados, o que mais se destaca na abordagem da temática indígena é “Sociologia Hoje”, que coloca em evidência a questão dos povos indígenas, tanto nos textos, quanto nas ilustrações e nas atividades. Os autores deste livro se preocuparam em fazer um resgate histórico sobre os índios brasileiros elencando, de forma mais ampla, seus problemas atuais e sua importância para a construção da história do Brasil. Muitas ilustrações trazidas neste livro, assim como os textos, despertam no leitor uma curiosidade e ao mesmo tempo o leva a refletir sobre a temática abordada, dentro de uma realidade problematizada pelos autores, fato este que é de suma importância para os alunos, pois os estimulam a construir um pensamento crítico sobre o tema debatido.

Sobre a questão afro-brasileira, a obra que dá mais relevância à essa temática é “Tempos Modernos, Tempos de Sociologia”, onde a questão é abordada pelas autoras de forma clara e ao mesmo tempo objetiva, aludindo questões poucos discutidas nos demais livros considerados neste trabalho, como a inserção de temas que envolvem a situação do negro na sociedade atual e no mercado de trabalho, além das políticas públicas voltadas para a questão étnica.

Os livros analisados são bastante ilustrados com fotos e gravuras, tanto dos povos indígenas quanto dos afrodescendentes, relacionando as imagens aos pontos temáticos que os autores abordam. Muitas dessas imagens trazem esses povos em seu lugar de origem, com identificação de estereótipos bastante conhecidos: o negro escravizado e o índio folclórico. Apenas algumas poucas imagens mostram esses povos inseridos na sociedade atual. O que também pode ser observado é que há uma repetição nas ilustrações: em praticamente todos esses livros, as imagens trazidas são

quase sempre as mesmas, levando-os assim a abordar as mesmas temáticas, uns com mais e outros com menos aprofundamento. Vale ressaltar que em nenhum momento os livros apresentam uma visão preconceituosa acerca desses temas, o que é positivo nessa análise. Entretanto, não se percebe a utilização de imagens e textos produzidos pelos próprios atores. Como defende Baniwa (2006), esses povos, eles mesmos, não aceitam as formas exteriores de retratá-los, mas defendem o direito à autoafirmação.

Por outro lado, alguns desses livros não destacaram pontos relevantes, que por sua vez eram esperados e deveriam ser postos em evidência, tais como, a importância de ambos os povos aqui analisados para a construção de nossa história e a resistência desses grupos sociais para a preservação de suas identidades e valorização de suas culturas.

Vale ressaltar, como ponto positivo, que a abordagem da questão racial não se limita ao contexto nacional, incorporando assim, o debate mais amplo, envolvendo a realidade em outros países, principalmente a África do Sul e os Estados Unidos da América. Mas, nesse caso, as imagens de personalidades negras se limitam a Nelson Mandela e Martin Luther King. Um outro ponto que merece ser destacado neste trabalho é que em todos os livros são oferecidas dicas de filmes e livros sobre as temáticas negras e indígenas, além de outras que incorporam os conteúdos da Sociologia, com textos de apoio, comentários e sugestões ao trabalho do professor.

Percebemos, ainda, que nenhuma obra aprofunda as discussões conjuntamente nas duas temáticas. Quando dão espaço à questão indígena, diminuem os estudos da questão afro, e vice-versa. A obra Sociologia hoje apresenta um maior aprofundamento na questão indígena, enquanto Tempos modernos, tempos de Sociologia dá mais ênfase à questão afro-brasileira. Já o livro Sociologia em movimento tem uma apresentação bastante reduzida em ambas as temáticas.

Podemos ainda dizer que neste trabalho todos os títulos analisados foram considerados importantes e bons livros didáticos de Sociologia, que apresentam e abordam as questões indígenas e afro-brasileiras em consonância com a legislação que estabelece a obrigatoriedade do ensino sobre a história e a cultura de ambos os povos na grade curricular da educação básica. Porém, evidenciamos que os afrodescendentes e os povos indígenas não são suficientemente apresentados e retratados nas obras, tampouco as questões mais relevantes sobre essas temáticas são contextualizadas e aprofundadas. Esses povos devem ser percebidos como

protagonistas e precisam estar presentes nos livros didáticos enquanto atores sociopolíticos importantes e atuantes.

Por fim, concluímos que a exigência legal é contemplada de forma tímida no atendimento aos adolescentes e jovens do ensino médio, por ser esse o nível escolar alcançado pelos livros didáticos de Sociologia adotados pelas escolas públicas do país atendidas pelo PNLD. Entretanto, ressaltamos que esses são temas ainda em construção, em permanente transformação, acompanhando as mudanças da sociedade, e que precisam, portanto, sempre de um maior aprofundamento e de mais pesquisas.

Referências

ARAÚJO, Silvia Maria et al. **Sociologia**. São Paulo: Scipione, 2013.

BANIWA, Gersen dos Santos Luciano. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas do Brasil de hoje**. Brasília: MEC; Rio de Janeiro: Museu Nacional-UFRJ, 2006.

BOMENY, Helena et al. **Tempos modernos, tempos de Sociologia**. 2ª ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2013.

BRASIL. **Lei nº 11. 645, de 10 de março de 2008**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm.

Acessado em: 11/06/2015.

BRASIL. **Programa Nacional do Livro Didático**, Ministério da Educação.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=66&id=12391&option=com_content&view=article. Acessado em: 02/07/2015.

MACHADO, Igor José de Renó et al. **Sociologia hoje**. São Paulo: Ática, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Por que ensinar a África na escola brasileira?**

Conferência, Casa do Saber, Camaçari-BA, mai. 2008.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 3, 2003.

SILVA, Afrânio et al. **Sociologia em movimento**. São Paulo: Moderna, 2013.

SILVA, Edson. Povos indígenas: história, culturas e o ensino a partir da Lei 11.646.

Historien, UPE-Petrolina, v. 7, 2012, pp. 39-49.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

*Recebido em Julho de 2015
Aprovado em Setembro de 2015*